

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Razões para concluir Angra 3.....	2
Título: PF investiga ameaça de greve dos caminhoneiros	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: » Cesta.....	5
Título: Governo corre para aprovar MP que garante subsídio ao diesel.....	5
Título: Jungmann manda PF apurar fake news.....	7
Título: Nova tabela do frete mínimo vai incluir reajuste de 13% do diesel	7
Título: Petrobrás quer investir US\$ 35 bi na área do pré-sal	8
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	9
Título: O vale-gás de Alckmin	9
Título: Com real mais fraco, gasolina volta a subir	10
Título: Categoria nega que fará greve de novo.....	10
VEÍCULO: Valor Econômico.....	11
Título: Diesel se aproxima do preço anterior à greve	11
Título: Importador independente se afasta, e Petrobras amplia domínio no diesel	13
Título: Produção nacional de petróleo cai 0,6% em julho	15
Título: ANP prevê chamada pública para Gasoduto Bolívia-Brasil.....	16
Título: Alckmin adota agenda popular e promete medidas de cunho social.....	17
Título: Acordo entre Santo Antonio e BNDES é ameaçado por conflito entre sócios	18
Título: Destaques	21
Título: Leilão une os mercados regulado e livre	22
Título: Negociação de parceria entre Petrobras e CNPC no Comperj está em fase final	23

Título: **RenovaBio ainda depende de decisão sobre desmate** 24

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/09/2018

Seção: Opinião

Autor: Ivan Salati e Francisco Rondinelli

Título: Razões para concluir Angra 3

Notícias na mídia pontuam o dilema relacionado à situação do empreendimento Angra 3, para o qual a Eletronuclear não tem fluxo de caixa necessário a fim de cobrir as despesas com a retomada da obra.

O total estimado para a conclusão do empreendimento está em R\$ 14 bilhões, enquanto que a não conclusão implicaria um gasto de R\$ 11,9 bilhões, decorrente de cancelamento de contratos, desmobilização no canteiro de obras, perda de equipamentos, recuperação do local etc. Ora, observando esses dois aspectos, tal dilema não deveria existir, qual seja: não terminar a usina e gastar R\$ 11,9 bilhões para nada ou finalizar é ter uma fonte de receita pelos próximos 60 anos. Ficaria garantida assim uma geração térmica complementar até o fim do século, e seriam arrecadados recursos com a geração para custear o descomissionamento futuro da planta, sem ônus adicional à sociedade.

Nossas reservas já medidas de urânio permitiriam um parque gerador nucleoeletrico de até 12 usinas nucleares, trazendo segurança energética a novos investimentos industriais e eliminando riscos de apagão ou explosão de custos, como tivemos em 2015.

Um erro constante é comparar o Brasil com economias ricas, que estão com consumo de eletricidade razoavelmente estabilizado, não necessitando de um aumento significativo na produção. Seriam melhores modelos de comparação países que, assim como o Brasil, ainda estão num patamar baixo de consumo per capita, como é o caso dos principais integrantes do Brics, China, Rússia e Índia. Juntos, os três totalizam cem reatores em operação e 29 em construção.

Enquanto isso, o Brasil vacila em retomar seu programa nuclear. Prova disso é que, de 1972 a 2018, o país ergueu apenas duas usinas e mantém paralisada a construção de Angra 3. As duas usinas brasileiras em operação — Angra 1 e Angra 2 — estiveram entre as mais produtivas do mundo em 2017.

O valor alto das usinas brasileiras é devido, principalmente, aos períodos de interrupção na construção, mal que aflige todas as grandes obras no país, elevando os custos financeiros e onerando ainda mais o empreendimento. A construção de Angra 3, Brasil vacila iniciada nos anos 1980, em retomar seu só foi retomada em 2008 programa nuclear. Prova disso é que, de 1972 a 2018, ergueu apenas duas usinas e parou novamente em 2015, quando já estava se iniciando a montagem eletromecânica.

Uma terceira usina nuclear operando no país trará mais estabilidade ao sistema elétrico, evitando o crescente uso das termelétricas a gás e a óleo, que são caras, poluentes e oneram o consumidor. Por outro lado, a energia hidráulica teve, no passado, o papel de prover segurança ao sistema elétrico, utilizando seus reservatórios para compensar variações no regime de chuvas. No entanto, com a construção de usinas hidrelétricas a fio d'água, essa função de regulação ficou prejudicada. Some-se a isso a participação cada vez maior das energias eólica e solar na matriz elétrica brasileira, que precisam de fornecimento estável de base na rede — papel que pode ser exercido com a maior participação da geração nuclear.

Por isso, tornam-se imperativas a retomada da construção de Angra 3 e a inserção futura de outras usinas nucleares na matriz elétrica. Isso de forma progressiva e em conformidade com o planejamento energético, com a exploração de nossas reservas de urânio e o uso da tecnologia de fabricação do combustível desenvolvida pelo país, com baixo grau de dependência externa.

Sob esse enfoque, não parece muito complexo resolver o dilema em relação à Angra 3. Estão faltando apenas dois insumos estratégicos essenciais para que o país possa garantir desenvolvimento econômico e social: maturidade política e visão de Estado.

Ivan Salati é vice-presidente, e Francisco A Rondinelli, consultor da Associação Brasileira de Energia Nuclear

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/09/2018

Seção: Economia

Autor: Renata Mariz e Geralda Doca

Título: PF investiga ameaça de greve dos caminhoneiros

Segundo ministro da Segurança Pública, mensagens que circulam pelo WhatsApp indicando nova paralisação após o feriado de 7 de setembro são falsas e configuram crime. Entidades de representantes da categoria negam movimento

A Polícia Federal vai investigar a circulação de mensagens sobre uma suposta nova greve dos caminhoneiros, propagadas nos últimos dias pelo WhatsApp. O objetivo, segundo auxiliares do presidente Michel Temer, é identificar os remetentes para verificar quem teria a intenção de causar nova instabilidade no país, às vésperas das eleições. Os autores e veiculadores das informações podem responder por crime contra a economia popular e por publicidade enganosa, segundo o Ministério da Segurança Pública.

Em nota, o ministro Raul Jungmann disse que as informações são falsas. Ressaltou que a difusão das mensagens causa transtorno à população, prejuízo ao mercado e tem grande potencial de provocar desordem pública. A pena para quem cometer esse tipo de crime é de quatro a 18 anos.

A proliferação de áudios de supostos caminhoneiros, alguns sem identificação, e de vídeos sobre uma possível paralisação chegou a provocar filas em alguns postos de combustível no país. No Distrito Federal, motoristas correram para abastecer os carros com receio de ter que enfrentar uma nova crise de desabastecimento.

Entre os informes que circularam nos últimos dias está o comunicado de uma entidade denominada União dos Caminhoneiros (UDC), com datade 30 de agosto, que alerta para uma nova greve depois do feriado de 7 de setembro. Sem se referir diretamente ao preço do diesel, que subiu no sábado, o documento afirma que o governo não cumpriu as promessas feitas aos caminhoneiros durante a greve em maio.

UDC DESMENTE INICIATIVA

Segundo dirigentes de entidades que negociaram o acordo com o governo, a UDC existe, mas não tem representatividade. A Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) divulgou uma nota para tranquilizar a população. “A Abcam esclarece que desconhece a representatividade da União dos Caminhoneiros (UDC). Pedimos que a população fique tranquila, pois estamos em constante diálogo com o governo”, diz a Abcam.

Depois do anúncio da investigação pela PF, a UDC divulgou comunicado desmentindo o que chamou de “boatos de uma nova paralisação” e dizendo que há um movimento que está usando indevidamente o nome da associação.

Técnicos do Ministério dos Transportes lembram, que a paralisação de maio começou pelas redes e ganhou força rapidamente devido ao perfil da categoria, um universo de 2,6 milhões de caminhoneiros em todo o país sem liderança definida. Por isso, o governo está monitorando a situação e já acionou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para atender pleitos da categoria, como a correção da tabela do frete para incorporar o aumento do diesel e providências para fiscalizar o cumprimento do preço mínimo do transporte.

FISCALIZAÇÃO DATABELA

Os novos valores da tabela deverão ser anunciados pela ANTT ainda esta semana. Segundo fontes a par do assunto, o percentual será inferior ao reajuste de 13% no preço médio do diesel nos últimos meses porque o produto é apenas um componente da formação do custo do frete. As áreas responsáveis estão trabalhando em cima da tabela vigente desde 30 de maio, apesar das críticas do setor produtivo.

A ANTT discutirá em reunião, hoje, as regras da fiscalização do tabelamento do frete. Segundo levantamento da agência, foram registradas 2.897 reclamações entre junho e setembro. Uma das principais queixas dos caminhoneiros é que empresas do agronegócio não estão pagando os valores mínimos da tabela.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Cesta.

Coluna do Estadão

A "Estatual do trem-bala" é presidida por Jorge Bastos. Amigo dos ministros **Moreira Franco** e Eliseu Padilha, ele comandou antes a ANTT. Chegou na agência por indicação do ex-senador Wellington Salgado (MDB), que antes o empregara como treinador do time de basquete de sua universidade.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/09/2018

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Título: Governo corre para aprovar MP que garante subsídio ao diesel

Preocupação é de que a perda de valor da medida seja o estopim para uma nova greve em meio aos dois turnos da eleição

A medida provisória que instituiu o subsídio ao preço do diesel perde a validade justamente no meio dos dois turnos da eleição. Essa possibilidade acendeu um alerta na área econômica do governo, segundo apurou o Estadão/Broadcast. O esforço agora é garantir o quórum necessário para votar o texto ainda nesta semana e afastar esse risco. A MP precisa ser aprovada até 10 de outubro, ou não haverá base legal para continuar bancando o benefício, um dos principais pontos negociados com os caminhoneiros para pôr fim à greve deflagrada em maio.

A MP 838 foi editada em 30 de maio deste ano, como resposta do governo à paralisação que durou 11 dias e provocou uma crise de abastecimento em todo o País. O relatório já foi aprovado na comissão mista de deputados e senadores, mas ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado. Se não houver quórum em meio ao foco dos parlamentares à campanha eleitoral, o temor no governo é de que a perda de validade da MP seja o estopim para uma nova greve em meio aos dois turnos de votações.

Essa possibilidade é considerada muito grave pela área econômica, segundo apurou a reportagem. Uma nova paralisação poderia causar uma "confusão sem fim" e até desequilibrar o resultado das eleições. O relator da MP, deputado Arnaldo Jardim (PPS -SP), disse que vai tentar obter a votação do projeto na sessão de hoje na Câmara. Se fracassar, não será possível votá-la a semana que vem no Senado. "Tem um risco imenso de o subsídio deixar de existir", alertou. Neste fim de semana, um boato sobre a possibilidade de outra greve de caminhoneiros provocou a formação de filas por abastecimento e houve relatos de preços de combustíveis mais elevados em alguns postos.

Subsídio. No pior cenário, se a MP 838 caducar, o governo ficaria pelo menos um mês sem ter respaldo legal para bancar o subsídio, desenhado para reduzir em R\$ 0,30 o preço do litro do diesel nos postos de combustíveis e que vai custar ao todo R\$ 9,5 bilhões até o fim deste ano. O primeiro turno das eleições está marcado para 7 de outubro, e o segundo turno, para dia 28 do mesmo mês.

O governo chegou a editar uma segunda medida provisória no fim de julho, de número 847, também tratando da subvenção ao diesel. Mas em vez de revogar a primeira e editar uma nova medida, o que daria mais prazo para as negociações no Congresso, o governo acabou vinculando o texto da MP 847 ao da anterior.

É por isso que, se o texto editado em maio perder a validade, o governo não terá base legal para pagar o subsídio. Será preciso correr para modificar e

aprovar o texto da MP 847, que ainda pode ter sua validade prorrogada até o fim de novembro.

Otimismo. Responsável pela articulação política do governo, o ministro Carlos Marun descartou a possibilidade de nova greve dos caminhoneiros. O governo tenta construir um acordo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e com os parlamentares para apreciar o texto ainda hoje.

Procurado, o Ministério da Fazenda disse que "está se empenhando para a aprovação desta e de outras medidas em tramitação no Congresso".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/09/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Jungmann manda PF apurar fake news

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, mandou a Polícia Federal investigar as mensagens que circulam pelo WhatsApp com informação falsa sobre uma nova paralisação de caminhoneiros. "Desmentida pela Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), entre outras representantes da categoria, as mensagens se enquadram na categoria de fake news [notícias falsas] e seus autores e veiculadores podem responder por crime", afirma nota do ministro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/09/2018

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Título: Nova tabela do frete mínimo vai incluir reajuste de 13% do diesel

Para governo, correção imediata de preços deve conter o ímpeto de uma nova paralisação dos caminhoneiros

Depois de um fim de semana em que o risco de uma nova paralisação dos caminhoneiros assustou parte da população e provocou filas nos postos de combustíveis, o governo decidiu acelerar o atendimento de dois pedidos da categoria: corrigir a tabela de preços mínimos do frete rodoviário e colocar fiscais nas estradas para verificar seu cumprimento. Os detalhes foram discutidos ontem numa reunião entre técnicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Ministério dos Transportes.

A nova tabela, incorporando os efeitos do reajuste de 13% no preço do diesel anunciado na sexta-feira, deverá ser publicada até amanhã, segundo fonte. A expectativa é que ela seja homologada na reunião de hoje da diretoria da ANTT.

A perspectiva de uma correção imediata da tabela conteve, ao menos por ora, o ímpeto de uma nova paralisação dos caminhoneiros. "O governo pode afirmar de forma peremptória que não acontecerá uma nova greve", disse ontem o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun.

Diretrizes. Na mesma reunião, a agência vai discutir as diretrizes para a fiscalização do cumprimento da tabela. Alas do governo pressionam para que o trabalho comece esta semana. No entanto, a área técnica informa que os fiscais não podem multar sem base numa regulamentação específica para isso. Essas regras ainda não existem. Sua elaboração está em curso, mas é um processo demorado. Pelo andamento normal, será finalizado só em dezembro.

Ontem, ficou acertado que o rito será acelerado ao máximo. O governo está em alerta porque alas do movimento estão convocando uma manifestação em frente à sede da ANTT no próximo dia 12 para cobrar a fiscalização. Antes do aumento do diesel, a falta dela era a principal queixa da categoria.

"Se a ANTT fizer a parte dela, não haverá paralisação", disse Alexandre Fróes, do Sindicato dos Transportadores Autônomos (Sinditac) de Santa Catarina. "Só depende deles." Ele acrescentou que as lideranças dos caminhoneiros não estão organizando paralisação. "Caso isso ocorra, vão ser casos isolados", assegurou. Mas a manifestação para pressionar a ANTT pela fiscalização está mantida, informou. "Eles (a ANTT) têm até o dia 12 para estar funcionando", disse Wallace Landim, o "Chorão".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/09/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás quer investir US\$ 35 bi na área do pré-sal

A Petrobrás anunciou ontem que pretende instalar mais 13 plataformas na região do pré-sal brasileiro até 2022 e investir US\$ 35 bilhões para aumentar a produção, que em setembro completa 10 anos desde o primeiro óleo obtido no campo de Jubarte, na porção capixaba da bacia de Campos. Segundo a Petrobrás, de lá para cá o custo de extração no pré-sal caiu para menos de US\$ 7 por barril de óleo equivalente, valor inferior à média mundial.

A diretora de Exploração e Produção, Solange Guedes, explica que a tecnologia foi fundamental para vencer os desafios da região. Em 2010, a companhia levava 300 dias para construir um poço, hoje leva 100. Em julho, a produção da estatal no pré-sal atingiu a marca de 1,5 milhão de barris diários. Para alcançar essa mesma marca no pós-sal da bacia de Campos, a Petrobrás levou cerca de 50 anos. Nos últimos 10 anos o pré-sal pagou ao governo em royalties e participações especiais R\$ 40 bilhões.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/09/2018

Seção: Política

Autor: Renato Souza e Rodolfo Costa

Título: O vale-gás de Alckmin

O candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, anunciou que, se eleito, vai criar um programa para custear metade do preço do botijão de gás para as famílias beneficiárias da tarifa social de energia elétrica. “Tivemos um aumento abrupto na questão do petróleo, 17% dos brasileiros não estão conseguindo pagar o botijão de gás, estão cozinhando com lenha”, disse o tucano, que se reuniu pela manhã de ontem com coordenadores do programa de governo.

Segundo o presidenciável, o programa atenderia cerca de 8,3 milhões de famílias que recebem a tarifa social e custaria cerca de R \$ 2 bilhões por ano. Ele não especificou, no entanto, de onde viriam os recursos para o programa, dizendo apenas que eles viriam do ajuste fiscal que seu governo fará, caso seja eleito. “Eu sou médico e sei que o melhor remédio é uma boa alimentação”, justificou Alckmin.

Participaram da reunião, com coordenadores, o prefeito de Salvador e presidente da coligação, ACM Neto (DEM); o coordenador do programa de governo, Luis Felipe Dávila; o responsável pela área econômica, Persio Arida; responsável pela política externa, Rubens Barbosa; pelo programa de segurança, Leandro Piquet Carneiro; pela habitação, Flavio Amary; pela assistência social, André Portela; e pela saúde, David Uip.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 04/09/2018**Seção:** Economia**Autor:** Simone Kafruni e Bruno Santa Rita**Título:** Com real mais fraco, gasolina volta a subir

A alta do dólar fez os preços dos combustíveis dispararem. Quem percorreu os postos do Distrito Federal no último fim de semana levou um susto: a gasolina voltou a subir com força. Segundo gerentes dos estabelecimentos, a alta reflete os recentes reajustes promovidos pela Petrobras. Para fontes do setor, a tendência é de mais aumentos. Em vários postos, vale a pena optar pelo etanol, cujo preço não sofre influência do dólar.

Na EPTG, onde, geralmente, a gasolina é mais barata, o litro saltou de R\$ 4,26 para R\$ 4,53 em um dos postos, entre 17 de agosto e ontem. No mesmo período, os postos do Setor de Indústrias Gráficas (SIG) aumentaram os preços de R\$ 4,59 para R\$ 4,79. “Só abasteço quando preciso. Está muito caro”, disse o engenheiro civil Carlos Henrique de Moura, de 45 anos. Ele também criticou os altos impostos sobre o produto. “Mas isso não justifica o fato de os postos venderem a esse preço, que é quase o dobro do das refinarias”, lamentou.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), Paulo Tavares, explicou que “a tendência é continuar a subir por conta do dólar”. Tavares ressalta que, devido à diferença de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), transportadoras têm buscado combustível em Goiás para abastecer postos no DF. No estado vizinho, a alíquota é 23%, ante 28% no DF.

*** Estagiários sob supervisão da Odail Figueiredo**

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 04/09/2018**Seção:** Brasil**Autor:** Andressa Paulino Bruno Santa Rita**Título:** Categoria nega que fará greve de novo

Apesar do temor do consumidor de um novo período de desabastecimento de combustível, associações ligadas a caminhoneiros negam a intenção de deflagrar novamente uma greve. A ameaça partiu da União dos Caminhoneiros

do Brasil (UDC). A entidade emitiu nota afirmando que trabalhadores filiados estariam programando uma mobilização em todo o país após o feriado de 7 de Setembro. A paralisação seria por tempo indeterminado.

A UDC acusa o governo de não ter cumprido o acordo em relação ao preço do diesel. A lei prevê revisão dos pisos mínimos, caso o combustível tenha oscilação superior a 10%, para acomodar o aumento de custos dos caminhoneiros. Na sexta-feira, o combustível teve reajuste de 13%.

A Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) afirmou que, apesar do aumento do preço do diesel, “não há qualquer movimentação de paralisação por parte das entidades representativas do setor de transporte”. A instituição disse acreditar que o governo honrará o acordo e que se mantém vigilante quanto ao seu cumprimento.

A Abcam afirmou desconhecer a representatividade da UDC. Já a Confederação Nacional dos Transportes Autônomos (CNTA), que tem uma base sindical formada por 140 sindicatos e oito federações, ressaltou que “o direito de greve legal é instalado somente por meio de assembleias gerais promovidas pelos sindicatos representativos da categoria”.

De acordo com a Petrobras, o aumento médio do óleo diesel no país será de 13%, no entanto, o valor varia conforme a região. Autorizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), o reajuste será maior no Centro-Oeste (14,4%), e menor, no Sudeste (10,5%). O repasse às bombas deve girar em torno de 7%, caso não haja aumento de impostos.

*** Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/09/2018

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Diesel se aproxima do preço anterior à greve

O aumento médio de 13% no preço do diesel nas refinarias, anunciado na sexta-feira, já chegou às bombas. Segundo levantamento da empresa de pesquisa de mercado Triad Research, a alta média de R\$ 0,26 já foi toda repassada ao consumidor final.

Segundo a Triad, o litro do diesel S10 (com menor teor de enxofre, 10 partes por milhão - ppm) era vendido nos postos a R\$ 3,790 em média, no domingo. O

valor representa alta de R\$ 0,27 frente ao preço nas bombas na quinta-feira, véspera do reajuste. O litro do S500 (500 ppm de enxofre) era vendido no domingo em média a R\$ 3,701, alta de R\$ 0,25. A Triad consulta em média 7,6 mil postos por dia. O levantamento de ontem não ficou pronto até a conclusão desta edição.

Com o repasse, o preço na bomba se aproxima do praticado entre 14 e 20 de maio, a semana anterior à greve dos caminhoneiros. O valor atual é entre R\$ 0,05 e R\$ 0,06 mais baixo do que antes da paralisação.

O aumento na bomba é reflexo dos reajustes do preço de comercialização (valor máximo que os produtores e os importadores podem cobrar das distribuidoras pelo litro do diesel, se quiserem ser ressarcidos pelos subsídios). Esse preço estava congelado desde 1º de junho em R\$ 2,0316, mas foi reajustado para, em média, R\$ 2,2964 na sexta-feira, em resposta à alta do dólar.

Ao anunciar o programa de subvenção em 31 de maio, como parte do acordo para encerrar a greve dos caminhoneiros, o governo disse que manteria os preços nas refinarias congelados por dois meses e que, depois disso, reajustaria os valores mensalmente, até o fim do ano. Em agosto, o governo optou por manter o congelamento por mais 30 dias. Na sexta, a Petrobras promoveu o primeiro reajuste desde a greve.

O aumento acompanha a nova fórmula para fixação do preço de referência - que segue a cotação internacional e serve de base para calcular quanto o governo deve a cada empresa. É essa componente que diz quanto as empresas estariam recebendo pelo diesel em condições de mercado sem a subvenção.

Circularam durante o fim de semana mensagens sobre uma suposta nova paralisação dos caminhoneiros. A Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) já se disse contra a greve. O gerente-executivo de logística da Petrobras, Claudio Mastella, disse que, independentemente da validade das informações, a estatal já tem um plano de contingência em curso, para mitigar os impactos de uma eventual nova greve.

Segundo ele, a estatal está repondo seus estoques. Para ele, as notícias até o momento "são só especulações; mas vamos reposicionar os estoques, isso já está sendo feito", disse.

Para o professor do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Edmar Almeida, o governo já não possui mais espaço para negociar o eventual aumento nos subsídios. "O momento é de decisão: ou avançamos na tentativa de um rompimento mais estrutural do mercado, abrindo o setor de refino para novos agentes, ou voltaremos ao controle de

preços dos anos 1980 e 1990, desestruturando toda a cadeia de óleo e gás", disse.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deverá publicar até amanhã uma nova tabela de frete rodoviário para cargas. O assunto foi tratado ontem em reunião entre técnicos do Ministério dos Transportes e a própria agência. E a expectativa é que o reajuste nos valores dos fretes tabelados seja inferior a 13%.

O Ministério da Segurança Pública divulgou uma nota oficial para informar que o ministro Raul Jungmann solicitou que a Polícia Federal investigue mensagens que estão circulando sobre uma suposta nova paralisação de caminhoneiros.

Segundo o ministério, a Abcam e outras representantes da categoria afirmaram que as mensagens "se enquadram na categoria de Fake News". "Seus autores e veiculadores podem responder por crime contra a economia popular e por publicidade enganosa", diz o ministério. **(Colaboraram Cristiano Zaia e Carla Araújo, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/09/2018

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Importador independente se afasta, e Petrobras amplia domínio no diesel

A Petrobras deve continuar ganhando participação no mercado de diesel nos próximos meses. Em meio à vigência do programa de subsídios nos preços do derivado, as importadoras privadas reduziram suas cargas e, nos últimos dois meses, responderam por menos de 10% da demanda por diesel no país, segundo dados da própria estatal.

A perspectiva até o fim do ano é que a participação de terceiros perca ainda mais fôlego. Em janeiro deste ano, as importações por terceiros respondiam por 35%. O percentual foi caindo: 21% em fevereiro, 23% em março, 21% em abril, 16% em maio, 13% em junho e para menos de 10% de julho para cá.

Embora o avanço da petroleira sobre a concorrência seja uma realidade desde o início do ano, como parte de uma estratégia de redução das margens, a recuperação de participação da Petrobras tem se intensificado desde o início do programa de subvenção ao combustível, em junho: a companhia, que em maio respondia por 84% do mercado de diesel, teve sua fatia elevada para mais de 90% nos dois últimos meses.

E, enquanto vigorarem as atuais regras do programa de subsídios, a expectativa é que as importadoras independentes se ausentem cada vez mais do mercado. A Raízen, por exemplo, estima que a Petrobras deverá responder nos próximos meses por entre 75% e 80% das importações de diesel - ante 50% em agosto.

O quanto esse aumento de participação da Petrobras se dará de forma rentável, contudo, é uma incógnita. A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) já manifestou publicamente que os atuais preços de referência - utilizados para cálculo de quanto o governo deve às empresas pela subvenção do diesel - não cobrem todos os custos necessários para internalizar o derivado.

O próprio gerente-executivo de marketing e comercialização da Petrobras, Guilherme França, disse na sexta-feira que os atuais preços de referência do diesel estão "no limite" da viabilidade econômica. "No limite, em alguns pontos, dá para fazer importação. Apertada, mas dá."

O presidente da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural), Leonardo Gadotti, acredita que as incertezas em torno da continuidade ou não dos subsídios (que perdem validade a partir de 1º de janeiro) estão afugentando investimentos.

Segundo Gadotti, iniciativas como a criação do programa de subsídios nos preços do diesel e a proposta de resolução da Agência Nacional de Petróleo (ANP) sobre a transparência dos preços do derivado são "perigosas". Para ele, pode ser mal recebida por investidores a intenção do órgão regulador de obrigar a Petrobras e demais produtoras e importadoras de derivados a abrirem suas fórmulas de reajustes.

"Não se atrai investimentos através de fórmulas [de preços] e intervenção. Isso afugenta investidores e são anos que se passam para corrigirmos. É perigoso e atrapalha o Brasil", disse, lembrando que o país deve ter, nos próximos dez anos, crescimento médio de 2,2% no consumo de combustíveis e precisará atrair investimentos em logística e infraestrutura.

O UBS destacou que a sinalização das importadoras, de que devem reduzir as cargas nos próximos meses, é uma notícia negativa para a estatal. "A Petrobras está tendo que importar com prejuízo [para compensar a redução da importação por terceiros]. Ela está perdendo dinheiro e o importador está deixando de ser competitivo", afirmou o analista Luiz Carvalho.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/09/2018****Seção: Brasil****Autor: Alessandra Saraiva | Do Rio****Título: Produção nacional de petróleo cai 0,6% em julho**

A produção de petróleo do país caiu 0,6% em julho ante junho, para 2,575 milhões de barris por dia (bbl/d), informou ontem a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Na comparação com julho do ano passado, houve recuo de 1,8%.

O desempenho negativo foi influenciado por recuo de 3,4% entre junho e julho na produção da Bacia de Campos (RJ), que representa 43% da produção nacional, e totalizou 1,131 milhão de barris por dia em julho. Na comparação com julho do ano passado, a produção de Campos caiu 12%. Segundo a ANP, houve paradas programadas em algumas unidades de produção na bacia.

O pré-sal atingiu 1,821 milhão de barris de óleo equivalente (boe/d), aumento de 3,3% em relação ao mês anterior. Assim, a produção no pré-sal correspondeu a 55,1% do total e continuou a representar mais da metade do total produzido no país. No pré-sal, foram produzidos 1,454 milhão de barris de petróleo por dia e 58 milhões de metros cúbicos diários de gás natural por meio de 87 poços.

Os dados constam de Boletim Mensal de Produção de Petróleo e Gás Natural da ANP, divulgado ontem pela autarquia. A agência detalhou que, em julho, a produção de petróleo e gás do Brasil foi de aproximadamente 3,305 milhões de boe/d.

A produção somente de gás natural totalizou 116 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia), aumento de 0,9% em comparação ao mês anterior; e avanço de 0,8%, quando comparada com igual mês em 2017.

O aproveitamento de gás natural no Brasil em julho foi de 96,7% do volume total produzido. Foram disponibilizados ao mercado 63 milhões de metros cúbicos por dia. A queima de gás totalizou 3,9 milhões de metros cúbicos por dia. O volume é 6,6% menor se comparado a junho, e 8,2% inferior em relação ao mesmo mês em 2017.

A ANP apurou que o campo de Lula, na Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás natural, com média de 879 mil bbl/d de petróleo e 36,8 milhões de m³/d de gás natural.

No total da produção, os campos marítimos produziram 95,7% do petróleo e 77,6% do gás natural. Estreito, na Bacia Potiguar, região Nordeste do país, teve o maior número de poços produtores: 1.106. Marlim Sul, na Bacia de Campos (RJ), foi o campo marítimo com maior número de poços produtores: 96. A plataforma Cidade de Maricá, no campo de Lula, foi a instalação que mais produziu óleo.

Em julho de 2018, 308 áreas foram responsáveis pela produção. Do total das áreas, duas encontram-se em atividade exploratória e produzindo através de Teste de Longa Duração (TLD) e outras dez áreas de acumulações marginais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Alessandra Saraiva e André Ramalho | Do Rio

Título: ANP prevê chamada pública para Gasoduto Bolívia-Brasil

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informou cronograma para preparação e realização da chamada pública para contratação da capacidade de transporte no Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). Uma parcela da capacidade de transporte do Gasbol ficará descontratada a partir de 2019. Assim, a ANP abre chamada para apurar interesse em contratar essa capacidade, entre distribuidoras e produtoras de gás.

O contrato de serviço de transporte firme de gás natural a vencer foi assinado entre a Petrobras e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) em fevereiro de 1999 e expira em 31 de dezembro do ano que vem - ele se refere a uma capacidade de 18,08 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia) de gás natural.

Com a proximidade do vencimento, a ANP solicitou à TBG que encaminhasse uma minuta de edital de chamada pública, que será objeto de consulta e de audiência públicas. Após a aprovação do edital pela agência, a TBG realizará, de forma indireta, a chamada pública para contratação da capacidade.

No cronograma, a ANP prevê finalização dos documentos referentes à chamada pública entre setembro e outubro. Em 9 de novembro, será enviada pela TBG a minuta de edital de chamada pública para ANP. Entre dezembro e janeiro de 2019, está prevista consulta pública da ANP do edital de chamada pública e de seus anexos. No dia 29 de janeiro do ano que vem será realizada audiência pública, sobre o edital de chamada pública. A partir de março de 2019, ocorrerá a promoção de chamada pública.

A promoção será realizada em três fases. A primeira é a inscrição para chamada pública, que será feita entre março e abril do ano que vem. Entre abril e julho de 2019, a ANP receberá manifestações de interesse e de propostas garantidas. No dia 25 de julho, a autarquia publicará resultado final da chamada pública.

A tendência é que a chamada pública para contratação da capacidade do gasoduto Gasbol marque um novo ciclo no mercado brasileiro de gás natural, com a entrada de novos fornecedores, em alternativa à Petrobras. Essa é a avaliação da diretora do Departamento de Gás Natural do **Ministério de Minas e Energia, Symone Araújo**, para quem o setor vive um "momento único" no país.

Segundo ela, a chamada pública é um evento "emblemático", porque será a primeira vez que uma malha relevante de gasodutos terá sua capacidade descontratada. Symone acredita que a presença maior ou menor de novos agentes será influenciada pelo posicionamento da Petrobras.

"[Ao indicar quanto da capacidade do Gasbol gostará de contratar] a Petrobras abrirá mais ou menos espaço para outras empresas", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/09/2018

Seção: Política

Autor: Fernando Taquari | De São Paulo

Título: Alckmin adota agenda popular e promete medidas de cunho social

Sem decolar nas pesquisas de intenção de voto, o candidato o PSDB a presidente, o ex-governador Geraldo Alckmin, adotou ontem uma agenda de apelo popular e anunciou duas propostas de cunho social. O tucano prometeu implantar restaurantes em todo o país que ofereçam refeição ao custo de R\$ 1 e um subsídio às famílias mais pobres para a compra do botijão de gás.

Alckmin informou que o vale-gás, inspirado em um programa similar do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), beneficiará 8,3 milhões de famílias que estão cadastradas no programa de tarifa social de energia elétrica. O impacto fiscal, segundo ele, não chega a R\$ 2 bilhões por ano. O candidato tucano afirmou que os recursos vão vir de um severo ajuste fiscal.

"O espaço para reduzir gastos é enorme", disse Alckmin ao apresentar, na capital paulista, os colaboradores de seu programa de governo. Ao ser questionado especificamente sobre a origem do dinheiro para bancar essa proposta, o tucano foi vago. "Vem do conjunto de todos os ajustes", declarou.

O ex-governador justificou a necessidade do subsídio ao ressaltar que dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 17% da população brasileira ainda cozinha à lenha por conta da dificuldade financeira em adquirir o botijão.

Antes do almoço, Alckmin seguiu para a zona leste de São Paulo, onde visitou um dos restaurantes "Bom Prato", que servem refeição a R\$ 1 e são considerados uma das vitrines de sua gestão no governo do Estado.

"O Bom Prato é um exemplo que deu certo. Pretendo levar para o Brasil, fazendo parcerias com Estados e municípios", afirmou o candidato tucano, acrescentando que desde o início do programa, em 2000, foram servidas 195 milhões de refeições nas 54 unidades espalhadas pela Grande São Paulo, litoral e interior do Estado.

Durante a passagem pelo restaurante, onde não almoçou e permaneceu por cerca de 15 minutos, Alckmin cumprimentou e foi saudado por algumas pessoas, mas também ouviu críticas à distância e gritos de apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está preso e impedido de concorrer neste ano pela Lei da Ficha Limpa.

Uma mulher reclamou que os políticos só fazem promessa. Após a partida de Alckmin, um senhor mais exaltado chegou a gritar por algumas vezes que o "Bom Prato" foi criado pelo governo Lula.

Ao tratar de educação, Alckmin prometeu uma gestão com foco no ensino infantil, aumento nas vagas em creches e a reforma do ensino médio para evitar a evasão escolar.

As promessas nesta área foram feitas após o tucano ter sido indagado sobre o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb), divulgado ontem, que mostra que São Paulo perdeu, em sua gestão no Estado, a liderança no principal indicador de qualidade da educação básica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Silvia Rosa e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo e Belo Horizonte

Título: Acordo entre Santo Antonio e BNDES é ameaçado por conflito entre sócios

O acirramento da briga entre os sócios da Santo Antonio Energia (Saesa), com uma possível nova arbitragem, ameaça o sucesso da reestruturação da dívida da megausina do rio Madeira com o Banco Nacional de Energia Elétrica (BNDES), fundamental para viabilizar a sobrevivência da empresa.

A guerra entre os sócios chegou a tal ponto que as ameaças de uma eventual recuperação judicial da hidrelétrica - cenário indesejado por todos os envolvidos - viraram uma forma de exercer pressão. Resta saber quem vai ceder antes.

Na semana passada, os acionistas da Madeira Energia (Mesa), holding controladora da usina, aprovaram em assembleia a conversão de cerca de R\$ 1 bilhão em dívidas em capital, troca exigida pelo BNDES. O banco é o maior credor, direta e indiretamente, da dívida renegociada.

A aprovação, contudo, não foi unânime, com votos contrários de Cemig e Andrade Gutierrez, que detêm juntas 22,4% da hidrelétrica. O protesto se deu pelo fato de que o crédito que será convertido em ações é detido por três dos sócios da usina: Odebrecht, Furnas, e FIP Amazônia (Odebrecht e FI-FGTS). Se a estatal mineira e a construtora não aportarem recursos na capitalização, serão diluídas.

O entendimento, do lado da Odebrecht, FIP e Furnas foi que a decisão significou um passo decisivo para levar adiante as negociações com o BNDES para o alongamento da dívida de R\$ 10 bilhões da usina com o banco.

O **Valor** apurou que a Cemig e a Andrade Gutierrez querem levar a divergência para mais uma arbitragem. Como querem evitar a diluição das suas ações, as empresas aceitariam participar de um aumento de capital de R\$ 300 milhões em Santo Antonio. Mas fariam isso com uma condição: que Odebrecht, FIP e Furnas também entrassem com dinheiro na capitalização, e não com créditos. A alternativa proposta seria que a operação só seja concretizada após uma arbitragem que ateste que o montante devido às sócias seja realmente de R\$ 1 bilhão.

Uma nova arbitragem pode inviabilizar o acordo com o BNDES. Segundo uma fonte próxima à operação, preocupa o banco o fato da aprovação da capitalização não ter sido por unanimidade. Para concluir a negociação da dívida, o BNDES quer garantia dos acionistas de que o caso não seja questionado depois em uma arbitragem.

O prazo para negociação com o BNDES já venceu, mas o banco segue aguardando uma decisão. A alternativa, segundo fontes, seria a recuperação judicial do empreendimento, o que traria consequências péssimas para seus sócios, com contaminação nos controladores. A companhia corre para concluir a

reestruturação da dívida antes de 15 de setembro, quando pagará a próxima parcela de amortização da dívida bancária.

O problema, para Cemig e Andrade Gutierrez, está relacionado à outra arbitragem, entre a Mesa e o consórcio construtor da usina (formado por Odebrecht, Alstom e Andrade Gutierrez). A holding controladora da usina defende que é credora do consórcio construtor em cerca de R\$ 1 bilhão. O consórcio, por sua vez, entende ser credor também de um valor em torno de R\$ 1 bilhão.

Em 2014, a Mesa chamou um aumento de capital de R\$ 1,59 bilhão. Desse total, R\$ 780 milhões seriam destinados a pagar uma cobrança do consórcio construtor. A Cemig questionou a cobrança, e disse que o valor não tinha sido analisado tecnicamente.

Os sócios Odebrecht, Furnas e FIP Amazônia fizeram o aporte, mas Cemig e Andrade não participaram integralmente, e subtraíram o valor referente aos R\$ 780 milhões e injetaram apenas proporcionalmente aos R\$ 810 milhões. Posteriormente, as duas sócias questionaram a capitalização em uma arbitragem, na qual foram vencedoras em janeiro de 2017. Como Santo Antônio não tinha como devolver os recursos gastos, o valor revertido se transformou em uma dívida de curto prazo com os sócios, registrada no balanço do ano passado e aprovada pelos acionistas.

São esses créditos que serão convertidos em um aumento de capital. Para concluir a reestruturação, o BNDES colocou a operação como alternativa. A outra saída seria submeter os créditos à renegociação da dívida, postergando o prazo em que o montante seria devolvido aos sócios.

Agora, a Cemig e a Andrade Gutierrez querem uma nova arbitragem para esclarecer se os R\$ 780 milhões eram, de fato, uma cobrança correta. Um árbitro, argumentam fontes, pode vir a entender que apenas uma parte dos R\$ 780 milhões era devida e, portanto, apenas uma parte pode ser usada como crédito.

Os créditos, contudo, estão no balanço da Mesa de 2017, e foram aprovados pelos acionistas da companhia, independentemente do uso que os recursos teriam. O entendimento de Odebrecht, Furnas e FIP Amazônia é que o direito ao recebimento do montante não pode ser questionado. Além disso, segundo uma fonte com conhecimento da situação, não faz sentido haver uma segunda arbitragem, uma vez que já há um processo referente à disputa entre a usina e o consórcio construtor. A intenção do questionamento seria de protelar a discussão e evitar uma diluição na companhia. Ao mesmo tempo, a Cemig forçaria a discussão com a Odebrecht.

Em meio ao processo de venda da hidrelétrica, a diluição é um cenário indesejado por Cemig e Andrade Gutierrez, que levariam uma fatia menor do total a ser pago pela usina. A expectativa dos envolvidos na venda da hidrelétrica é que a conclusão da reestruturação da dívida acelere um acordo com a chinesa SPIC, que está negociando a aquisição.

O **Valor** apurou que os sócios terão uma reunião hoje para discutir o assunto. Outro ponto de conflito entre eles diz respeito às novas garantias que precisarão ser apresentadas na renegociação com o BNDES.

O FIP Amazônia é controlado pelo FI-FGTS, que tem 51% do capital, e não pode aportar garantias. Desde a formação da Mesa, Odebrecht e Andrade Gutierrez, únicas sócias privadas da usina, dividiam as garantias do FIP. Considerando o acordo com o BNDES, as novas garantias são de cerca de R\$ 900 milhões, sem efeito no caixa das empresas, mas onera seus balanços.

A Andrade, porém, não quer renovar as garantias dessa vez, o que poderia desonerar suas demonstrações financeiras em cerca de R\$ 450 milhões. A Odebrecht tem se mantido firme na decisão de não garantir todo o FIP, em mais uma queda de braço dentro da controladora da usina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/09/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério abre mês em queda

O minério de ferro negociado no porto de Qingdao, na China, recuou 0,44% ontem, cotado a US\$ 66,05 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com 62% de teor de ferro. A commodity abriu setembro em queda após recuar 2,7% em agosto. Em 2018, a desvalorização acumulada é de 9%. No mercado futuro, os contratos do minério para janeiro caíram 0,62% na bolsa de Dalian, para 484,5 yuans a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/09/2018****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo****Título: Leilão une os mercados regulado e livre**

O leilão de energia nova realizado na sexta-feira e que negociou contratos para início de fornecimento em 2024 consolidou tendência do setor elétrico de combinar contratos no mercado regulado com a venda de energia no mercado livre. De acordo com relatório do Instituto Acende Brasil, dos 1.228,6 megawatts (MW) médios de energia de projetos viabilizados no leilão, 835 MW médios (quase 70%) foram contratados. O restante será negociado no ambiente livre.

A estratégia, que já havia sido adotada por projetos eólicos no leilão anterior, foi repetida no último certame. Dos 658,6 MW médios de energia eólica viabilizados no leilão, 420 MW médios (64%) foram de fato vendidos para as distribuidoras. "Os investidores estão procurando outros caminhos, outras formas de viabilizar os projetos. O caminho que tem aparecido é o mercado livre, estratégias de contratação no [mercado] regulado casadas com o livre", afirmou a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Élbis Gannoum, ao **Valor**.

A mesma tática foi escolhida pela Eneva (antiga MPX) com relação ao projeto termelétrico de Parnaíba V. Com 386 MW de capacidade, a usina negociou no leilão 326,4 MW médios, de uma garantia física total de 343 MW médios.

Segundo Lino Cançado, diretor da geradora, a expectativa é iniciar a operação da térmica no primeiro semestre de 2022, dois anos antes do compromisso firmado no leilão. O objetivo da empresa é vender no mercado livre a energia produzida a partir da antecipação do cronograma.

Com investimentos previstos de R\$ 1,2 bilhão, o empreendimento terá receita fixa de R\$ 272,4 milhões por ano.

Em teleconferência com analistas e investidores, Cançado ressaltou que o projeto consiste no fechamento do ciclo da térmica Parnaíba I. Na prática, a nova usina vai produzir energia a partir do vapor obtido da geração de Parnaíba I, movida a gás natural.

A expectativa da companhia é iniciar as obras da usina no segundo semestre de 2019. O contrato de EPC (sigla em inglês para engenharia, aquisição e construção) foi firmado com a Techint. E a turbina será fornecida pela GE.

Na avaliação do Itaú BBA, a Eneva foi a grande vencedora do leilão. Segundo os analistas Pedro Manfredini, Gustavo Miele e Guilherme Soler pelos termos do leilão, a taxa real de retorno do investimento deve ficar entre 16% e 18%, com potencial de adicionar R\$ 360 milhões em valor presente líquido, equivalente a R\$ 1,15 por ação.

O Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da Eneva, por sua vez, deve ter um acréscimo de R\$ 130 milhões/ano.

Já o segmento das pequenas centrais hidrelétricas (PCH) avaliou que o resultado do certame ficou abaixo do esperado. No entendimento da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), que representa os investidores em pequenas usinas, o governo deveria considerar a realização de leilões separados por fonte e por localização dos projetos.

Segundo Ricardo Pigatto, presidente da Abragel, apenas 11% da energia negociada no certame foram de PCHs. "O critério dessa decisão de contratar pouca PCH ainda intriga o setor", afirmou. "Fica evidente a necessidade de leilões por fonte e geração perto da carga. O planejamento do setor não pode mais fazer leilões apenas por reais por megawatt-hora, sem levar em consideração a fonte e onde ela está sendo gerada", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/09/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Negociação de parceria entre Petrobras e CNPC no Comperj está em fase final

A Petrobras está em fase final de negociação com a chinesa CNPC para sacramentar uma parceria estratégica nas áreas de produção de petróleo e refino. O gerente-executivo de logística da estatal brasileira, Claudio Mastella, disse esperar que o acordo seja fechado ainda neste ano.

Em julho, a estatal brasileira assinou uma carta de intenções com a chinesa para investimentos na conclusão das obras de construção da refinaria do Comperj, em Itaboraí (RJ), e na revitalização de Marlim, campo maduro da Bacia de Campos.

"Estamos na reta final para um acordo [com a CNPC]. Espero que sim [a parceria seja sacramentada neste ano]", disse Mastella, após participar do evento Brazil Energy Future Summit, promovido pelo Conselho Britânico de Energia.

Questionado sobre o andamento de outras parcerias estratégicas, Mastella disse que a Petrobras também mantém conversas com a ExxonMobil e BP, para negócios conjuntos na cadeia de óleo e gás.

Para a Petrobras, a entrada de um sócio com uma capacidade financeira do porte dos chineses permitirá com que a petroleira seja carregada em projetos importantes, os quais a empresa teria dificuldades de desenvolver sozinha.

Já para a CNPC, o acordo pode significar um grande salto na estratégia da companhia de se constituir como uma empresa integrada no Brasil, presente nos principais elos da cadeia de óleo e gás. Recentemente, a PetroChina, subsidiária da CNPC, concluiu a compra de 30% da TT Work, que controla a distribuidora Petronac.

No caso do Comperj, Petrobras e CNPC discutem desde 2017 a possibilidade de a chinesa investir sozinha na conclusão do projeto, em troca de uma participação no empreendimento. As obras da refinaria foram interrompidas em 2015 com mais de 80% de avanço. A Petrobras já investiu US\$ 13 bilhões e sinalizou que necessitaria de mais US\$ 2,3 bilhões para colocar a refinaria de pé. Uma fonte, contudo, diz que as estimativas atuais superam os US\$ 3 bilhões.

Já em Marlim, a ideia é atrair um sócio com capacidade para ajudá-la a bancar os pesados investimentos para revitalização do "cluster", que abrange os campos de Marlim, Voador, Marlim Leste e Marlim Sul.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/09/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: RenovaBio ainda depende de decisão sobre desmate

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) pretende apresentar a regulamentação da certificação dos produtores de biocombustíveis no RenovaBio até o fim de setembro, assim que houver uma decisão sobre a possibilidade de participação no programa de produtores que desmatem áreas nativas de forma legal.

"A ideia é superar essa questão até o fim do mês", disse Aurélio Amaral, diretor da agência, ontem na Novacana Ethanol Conference, em São Paulo. Segundo ele, a principal decisão pendente é permitir ou proibir a participação no RenovaBio, com a venda de certificados de biocombustíveis (CBios), de quem desmate seguindo a lei ambiental.

O tema já gerou controvérsia no processo de consulta pública da regulamentação do programa. Na proposta apresentada pela ANP em conjunto com o **Ministério de Minas e Energia (MME)**, previa-se que não poderiam participar aqueles que produzissem biocombustíveis oriundos de áreas desmatadas, sob nenhuma hipótese, como informou o **Valor** em julho passado.

Na consulta pública, representantes de produtores de biocombustíveis defenderam a possibilidade de participação no programa mesmo daqueles que praticarem desmate de áreas isoladas. A União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) propôs que seja elegível quem desmatar dentro da lei, mas fazer compensação ambiental por meio de novos plantios, conservando o estoque de carbono.

"Há argumentos fortes e razoáveis dos dois lados", afirmou Amaral. Para ele, é preciso chegar a um "ponto de equilíbrio". "Se eu colocar uma regra muito dura que eu não consiga dar, a quem ainda não é elegível, um horizonte para que ele consiga chegar lá, posso desestimular", observou. Ele disse ainda que, em geral, a agência busca "regras de transição" em suas regulamentações. "Tudo o que a gente vai fazer, tem que ter uma regra de transição. Essa é a experiência de regulação que a gente tem".

Ao **Valor**, Amaral sinalizou que uma possibilidade seria criar uma regra que, "em um primeiro momento, não seja a da exigência", mas que inclua o cálculo de emissão de carbono na nota de eficiência energética, que será atribuída a cada produtor de biocombustível. Em um segundo momento, a exigência passaria a valer, indicou. Segundo Amaral, "há preocupação com o funcionamento, a maturação e a estruturação do RenovaBio. A questão ambiental é um dos aspectos, mas há outros".

O desmatamento é um fator considerado no cálculo das emissões nos programas de incentivo a biocombustíveis na Europa e nos Estados Unidos através do cálculo de "mudança de uso da terra". Amaral não mencionou esses programas, mas argumentou que a ANP já tentou trazer ao Brasil regulamentações em combustíveis inspirados em modelos europeus e americanos e "não funcionou".

Já o diretor do Departamento de Biocombustíveis do Ministério das Minas e Energia, Miguel Ivan Lacerda, que também participou do evento, defendeu a

proposta original apresentada na consulta pública e disse que "o futuro do RenovaBio é ainda melhorar e tornar mais rígida [a regra de elegibilidade]".

MME / ASCOM .